



XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Eixo 1 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

# RESULTADOS POSITIVOS DA GESTÃO PÚBLICA NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS DO PODER LEGISLATIVO FEDERAL: parcerias e trabalho cooperativo

*Fabyola Lima Madeira*  
Bibliotecária na Câmara dos  
Deputados.  
E-mail:  
[fabyola.madeira@camara.leg.br](mailto:fabyola.madeira@camara.leg.br)

## RESUMO

Traz uma pesquisa exploratória sobre as práticas de gestão nas bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com um breve histórico das parcerias entre elas, mostrando as vantagens relacionadas e os motivos que impulsionam cada vez mais no sentido de uma gestão mais cooperativa e sustentável.

**Palavras-chave:** parceria institucional, biblioteca parlamentar, modelo de gestão, rede de bibliotecas, trabalho cooperativo.

## POSITIVE RESULTS OF THE PUBLIC MANAGEMENT IN THE SCOPE OF THE LIBRARIES OF THE FEDERAL LEGISLATIVE POWER: partnerships and cooperative work

## ABSTRACT

It brings an exploratory research on management practices in the libraries of the Chamber of Deputies and the Federal Senate, with a brief history of the partnerships between them, showing the related advantages and the reasons that increasingly drive towards a more cooperative and sustainable management.

**Key-words:** institutional partnership, parliamentary library, management model, library network, cooperative work.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Carnut e Narvai (2016) em resposta a expectativas, um novo paradigma de gerenciamento dos recursos públicos emergiu nos anos 1990 (Behn, 1998), no qual a



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

questão dos “resultados” aparece como forma de solucionar o “problema” de uma máquina pública complexa, burocrática e processualista: trata-se da nova gestão pública, administração pública gerencial ou paradigma gerencialista. Embora haja questionamentos quanto à potência do paradigma gerencialista para assegurar uma prestação a contento (SECCHI, 2009), a nova administração pública vem se consolidando no Brasil e no exterior.

Um dos reflexos dessa nova gestão pública, em meio à crise político-econômica em que o Brasil se encontra, é a restrição de gastos públicos cada vez maior. É preciso se fazer mais com menos! Com isso, a percepção de que os recursos e o patrimônio público são bens que devem ser utilizados com atenção e com vistas a trazer resultados positivos para a sociedade, tem se tornado cada vez mais forte, atuando paulatinamente na mudança da cultura organizacional das instituições brasileiras.

As tecnologias da informação e da comunicação, em especial, são também responsáveis por grandes transformações na gestão pública. As formas de trabalho e relacionamento, por exemplo, foram enormemente afetadas. Essas inovações trouxeram agilidade e organização às atividades diárias, propiciando mais eficiência e controle dos processos de trabalho, facilitando com isso o melhor dimensionamento das demandas e consequentemente uma aplicação mais equânime dos recursos públicos.

Com o apogeu da “Era pós-digital”, onde a tecnologia substitui seres humanos, as mudanças nas formas de adquirir conhecimento têm repercutido de forma revolucionária no universo das bibliotecas, principalmente por significar redução de custos e até mesmo de erros. É um caminho sem volta, pois assim como a substituição das máquinas de datilografia por computadores revolucionou o mundo, os aparelhos de celular são cada dia mais capazes de solucionar quase tudo.

Então, como utilizar essas facilidades tecnológicas e outras soluções para agilizar, diversificar e melhorar o trabalho de quem tem como principal insumo a informação? Essa resposta, as bibliotecas do Poder Legislativo brasileiro vêm respondendo por meio de muitas ações, que constituem o objeto desse estudo.

Por isso, esse trabalho tem por objetivo mostrar como a Biblioteca da Câmara dos Deputados e a Biblioteca do Senado Federal, por meio de modelos de gestão que primam



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

pelo melhor aproveitamento dos recursos públicos e alinhadas em suas políticas e ações estratégicas, vêm mostrando como é possível otimizar o oferecimento de serviços e produtos de informação através do estabelecimento de parcerias institucionais e com seus clientes.

Por meio do compartilhamento de recursos, do uso das tecnologias e de soluções integradas, as bibliotecas vêm dando resultados expressivos e mostrando que essa unificação de planejamento e ações se mostra muito positiva no atendimento do público-alvo de ambas e da sociedade como um todo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, a partir da qual se realizou um levantamento sobre a origem das parcerias entre as duas bibliotecas, e se analisou como o modelo de gestão tem influência sobre o contexto da cooperação institucional onde se busca uma unificação de esforços cada vez maior com vistas à uma atuação mais eficiente e sustentável.

## 2 BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS...

### *Biblioteca da Câmara dos Deputados*

A história da Biblioteca da Câmara dos Deputados remonta aos primeiros anos do Brasil Império, por ocasião da primeira Assembleia Constituinte do Brasil, instalada em maio de 1823. Silva Neto (2016) aponta que já na Sessão Preparatória, no dia 17 de abril de 1823, tiveram início as atividades de biblioteca da Câmara dos Deputados, em apoio ao processo legislativo. Institucionalmente, no entanto, a Biblioteca da Câmara dos Deputados surge quarenta anos depois, em 1866, funcionando no prédio da Cadeia Velha, na cidade do Rio de Janeiro, primeira sede da então Câmara dos Deputados do Império.

Nas décadas seguintes, com as mudanças políticas pelas quais o país passou devido à Proclamação da República e às reformas administrativas subsequentes do Parlamento, a Biblioteca foi alocada em diversas sedes como o Palácio Monroe, a Biblioteca Nacional e, finalmente, o Palácio Tiradentes, última sede da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. Silva Neto (2016) narra que, já na década de 1920, a Biblioteca contava com mais



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

de 20.000 volumes, sendo também correspondente àquele período a criação dos primeiros cargos específicos para bibliotecários.

Com a mudança da capital federal para Brasília, em abril de 1960, a Câmara dos Deputados passou a ter como sede o Palácio do Congresso Nacional, situado na Praça dos Três Poderes. Na ocasião, o acervo da Biblioteca já contava com aproximadamente 54.000 volumes.

No final da década de 1960, a Câmara dos Deputados encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) um estudo com o objetivo de modernizar a estrutura e o funcionamento da instituição, que culminou na Resolução da Câmara dos Deputados n. 20, de 1971. Tal Resolução trouxe mudanças administrativas significativas, incluindo a criação do Centro de Documentação e Informação (Cedi). A gênese do Cedi encontra-se na justificativa da Resolução, que dispõe:

No elenco das medidas de adequação, a informação assume o papel preponderante. Conscientes disso, propomos a criação de um CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, que abrigará os diversos órgãos da Câmara depositários dos elementos primeiros da informação, indispensáveis à elaboração legislativa. Acreditamos que este órgão, estruturado harmonicamente para receber, originar e transmitir subsídios necessários à elaboração dos trabalhos desta Casa, terá papel de destaque no atendimento dos objetivos de eficiência legislativa e administrativa. (BRASIL, 1971)

A concepção do Cedi impactou diretamente no funcionamento da Biblioteca, pois suas competências passaram a estar inseridas no contexto de um centro de informação, trazendo maior complexidade às suas atividades e serviços. Ressalta-se que o advento do Centro trouxe consigo a criação da Divisão de Estudos Legislativos, que, posteriormente, originou a Coordenação de Organização da Informação Legislativa (Celeg) e a Consultoria Legislativa (Conle). A Celeg consiste no órgão do Cedi responsável diretamente pelo tratamento da informação legislativa, por meio da indexação de proposições e manutenção de bases de dados sobre a legislação federal, bem como pela organização de dados biográficos de deputados. Por sua vez, a Conle trata-se de uma instância



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

proeminente de apoio à atividade parlamentar e encontra-se subordinada diretamente à Diretoria Legislativa (Dileg).

Em 1980, houve o início da automatização das atividades da Biblioteca, a partir da criação de um banco de dados que reunia informações bibliográficas (SILVA NETO, 2016). Na mesma década, por meio da Resolução da Câmara dos Deputados n. 104, de 1984, a Biblioteca passou a denominar-se Biblioteca Pedro Aleixo, em homenagem ao político, de atuação expressiva no cenário político nacional, além de assíduo frequentador do local. Também naquele período, teve início a participação da Biblioteca na Rede Sabi (Subsistema de Administração de Bibliotecas), rede cooperativa de bibliotecas, gerenciada pela Biblioteca do Senado Federal. Posteriormente, a Rede Sabi originou a Rede RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas Congresso Nacional), em funcionamento até os dias atuais.

Os avanços tecnológicos das décadas de 1990 e 2000 trouxeram mudanças importantes para a Biblioteca: assinatura de diversas bases de dados bibliográficas online, adoção do formato de intercâmbio bibliográfico MARC, modernização do aparato de acondicionamento das Obras Raras e o lançamento da Biblioteca Digital.

Entre 2003 e 2006, segundo Maia (2009), após análise dos diversos fluxos de atendimento de demandas realizadas junto ao Cedi, a direção do Centro estruturou a Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (Corpi). A Coordenação passou a centralizar o atendimento de solicitações de informação, pesquisas e, mais tarde, a funcionar como serviço de informação ao cidadão (SIC), nos moldes da Lei n. 12.527, de 2011, a Lei de Acesso à Informação. Ressalta-se que o serviço de referência da Biblioteca Pedro Aleixo foi incorporado às atribuições da Corpi, reafirmando a contextualização da Biblioteca no Centro de Documentação e Informação.

Em 2011, após reformas estruturais, a Biblioteca Pedro Aleixo foi reinaugurada, trazendo uma modificação relevante no relacionamento com o público. Ao término daquele ano, a consulta ao acervo físico tornou-se de acesso livre para todos os usuários internos da Câmara dos Deputados e para os cidadãos que quiserem consultar o acervo e/ou utilizar o espaço de leitura e os equipamentos disponíveis. Até então a consulta ao material bibliográfico era intermediada por funcionários da biblioteca.



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Em 2013, a Biblioteca Pedro Aleixo foi analisada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) como parte dos requisitos para credenciamento do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados como instituição apta a ministrar Mestrado Profissional em Poder Legislativo. O credenciamento permitiu que a Biblioteca tivesse acesso a várias bases de dados do Portal de Periódicos da Capes, recurso que ampliou significativamente o rol de fontes de informações técnico-científicas disponibilizadas aos usuários.

Figura 1 – Acervo da Biblioteca Pedro Aleixo



Fonte: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/biblioteca/biblioteca/biblioteca-pedro-aleixo-2>

O acervo da Biblioteca é especializado em Ciências Sociais com ênfase em Direito, Ciência Política, Economia e Administração Pública. Atualmente, conta com cerca de 200.000 livros, 2.060 títulos de revistas, possuindo também coleções de microfilmes, mapas, assinaturas de diversas bases de dados, filmes em DVD, Diário Oficial da União e Diário da Câmara dos Deputados, recursos eletrônicos. Ao acervo, soma-se uma valiosa coleção de obras raras, totalizando 4.700 volumes. Também é depositária, desde 1947, de



documentos oficiais e publicações da Organização das Nações Unidas (ONU), da UNESCO, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

#### *Senado Federal – Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*

A Biblioteca do Senado Federal foi criada em 18 de maio de 1826, 12 dias após a primeira sessão legislativa do Senado Federal, e hoje possui 189 anos de existência.

À época, o Senado Federal chamava-se "Câmara dos Senadores do Império do Brasil" e a biblioteca, "Livraria do Senado". A iniciativa de criar a Biblioteca partiu do Barão de Cairu, membro da Comissão de Legislação, que demonstrou ao primeiro Presidente do Senado Federal, Visconde de Santo Amaro, a necessidade de aquisição de publicações para auxiliar os senadores nos trabalhos legislativos. A Biblioteca foi instalada em uma das salas do pavimento superior do sobrado próximo ao antigo Palácio Conde dos Arcos, situado no Campo de Sant'Anna, no Rio de Janeiro. Mudou-se diversas vezes de local dentro do mesmo prédio.

Em 1884, o acervo foi novamente transferido, dessa vez para um edifício recém-construído. Em 1898, por determinação do Presidente do Senado Federal, Manoel Victorino Pereira, a biblioteca passou a funcionar em um novo salão, o que ocasionou aumento no número de visitantes. Naquele mesmo ano, foi publicado o primeiro Catálogo da Biblioteca do Senado, elaborado sob a direção de R. Vila-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional, requisitado para essa finalidade. A Biblioteca permaneceu naquele local até a transferência do Senado Federal para o Palácio Monroe, em 1924. Com a mudança da capital da República, em 1960, a Biblioteca foi transferida, em 1961, para o Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

Em 1968, na Presidência do Senador Gilberto Marinho, foi reconhecido no Senado Federal o direito de apenas os bacharéis em biblioteconomia exercerem a chefia da Biblioteca, direito que havia sido outorgado pela Lei 4.084, de 30 de junho de 1962. Foi nomeada então a bibliotecária Adélia Leite Coelho para o cargo.

A partir de 1972, a Biblioteca do Senado Federal, em parceria com o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen iniciou a automação do seu acervo, originando a Rede Sabi, uma das primeiras redes brasileiras de bibliotecas. No mesmo ano, foi criada a Secretaria de Documentação e Informação, objetivando o tratamento



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

das informações legislativas e bibliográficas. A Secretaria era composta das Subsecretarias de Biblioteca, Arquivo, Anais, Edições Técnicas e Análise. Esta última era antes a Seção de Referência Legislativa da Biblioteca.

No ano de 1979, sob a presidência do Senador Luiz Viana Filho, as instalações da Biblioteca foram ampliadas e melhoradas, passando a denominar-se "Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho". Em 1986, por solicitação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, a Biblioteca do Senado Federal assumiu a responsabilidade pela edição regular da Bibliografia Brasileira de Direito. Publicada inicialmente em papel, teve a sua primeira versão em CD-ROM, em 1996. Atualmente, a Bibliografia Brasileira de Direito está disponível apenas na versão virtual, como uma base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI.

Figura 2 – Entrada da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho - Senado Federal



Fonte: <http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/sobre-a-biblioteca/missao-historico>

Em 12 de março de 1997, foi lançada a página da Biblioteca na Internet, disponibilizando o seu catálogo geral, incluindo livros, revistas, artigos de jornais e obras raras. Em abril de 1999, a Biblioteca passou a ocupar uma área de 3.250 m<sup>2</sup>, com salas privativas para senadores e consultores, assessores e diretores; além de outras melhorias. Em 1999, a Comissão Diretora, sob a Presidência do Senador Antônio Carlos Magalhães, aprovou a aquisição e a implantação de um novo sistema de gerenciamento automatizado de informações para a Biblioteca do Senado Federal, substituindo o antigo sistema SABI, desenvolvido pelo Prodasen em 1972.





Em dezembro de 2000 foi instalado novo sistema de gerenciamento de bibliotecas, adotando o formato de intercâmbio bibliográfico MARC. A rede Sabi recebeu, então, nova denominação: Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI, gerenciada pela Biblioteca do Senado.

Em 2006, foi criada a Biblioteca Digital do Senado Federal - BDSF, com a função de armazenar, preservar, divulgar e possibilitar o acesso ao texto integral das publicações do Senado Federal à produção intelectual dos servidores da Casa e a outros documentos de interesse do Poder Legislativo.

Perto de se tornar bicentenária, acumulou ao longo desses anos um acervo de aproximadamente 210 mil livros, folhetos, mapas e outros documentos bibliográficos, além de mais de 300 mil fascículos de periódicos, totalizando 510 mil itens; 3 milhões de recortes de artigos selecionados de 12 jornais brasileiros, distribuídos em pastas por assunto, e 270 mil documentos em texto integral disponibilizados em sua Biblioteca Digital.

### **3 ORIGEM DAS PARCERIAS ENTRE AS BIBLIOTECAS**

Ainda na década de 1970, houve a primeira iniciativa de compartilhamento de informações bibliográficas, culminando na criação do Subsistema de Administração de Bibliotecas (Rede Sabi), coordenada pelo Senado Federal.

Os avanços tecnológicos das décadas de 1990 e 2000 trouxeram mudanças significativas para a biblioteca da Câmara dos Deputados, como a assinatura de diversas bases de dados bibliográficas online, ingresso na Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI), e o lançamento da Biblioteca Digital.

A RVBI, atualmente, é composta por 12 bibliotecas de órgãos federais e do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, resultando em um catálogo que reúne mais de um milhão de registros. Trata-se da maior rede de informações bibliográficas do país na área de Ciências Sociais (BRASIL, 2016).



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Contudo, as redes de cooperação assumiram papel preponderante, quebrando barreiras espaciais e temporais. A biblioteca do Senado Federal esteve na vanguarda ao iniciar o processo de integração em rede na década de 1970, o que só foi possível para a biblioteca da Câmara dos Deputados no ano de 1985. Atualmente, o arranjo formal dessas unidades de informação encontra-se representado pela RVBI, a qual proporciona o relacionamento e a cooperação, com serviços intercomunicantes baseados em acordos de cooperação.

### **Algumas vantagens da RVBI**

- Compartilhamento do tratamento técnico e organização da informação;
- Celeridade na recuperação e disseminação da informação para os órgãos envolvidos e para a sociedade, tendo em vista a unificação virtual dos acervos;
- Racionalização do trabalho, evitando duplicidade de tarefas;
- Otimização de produtos e serviços;
- Redução de custos;
- Empréstimo entre bibliotecas mais ágil e eficiente;
- Intercâmbio de conhecimentos, possibilitando a inovação e o surgimento de ideias pelos profissionais das bibliotecas.

### **Modelo de gestão**

Dentro de um modelo de gestão, a informação configura-se como elemento inerente aos processos organizacionais. Pode-se dizer, no caso da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que a informação está presente em todas as etapas do processo legislativo. Entretanto, como bem representa Choo (2006, p. 27), sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a **informação** se transforma em **percepção, conhecimento e ação**, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias da informação.

Como a informação é recurso intrínseco nas organizações e em suas ferramentas tecnológicas, seus principais usuários podem incorrer no risco de não a perceberem em

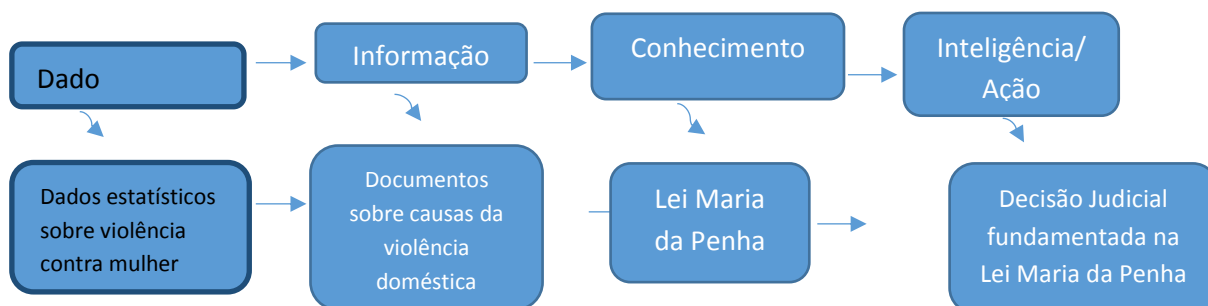


toda a sua extensão. Perceber o fluxo de informação e do conhecimento na organização nem sempre é intuitivo, porque a informação e o conhecimento costumam estar embutidos e diluídos em processos de trabalho, rotinas, documentos ou repositórios (DAVENPORT, 1998).

As bibliotecas fazem parte desse conjunto de processos e rotinas distintivas e características da gestão institucional, e, como bibliotecas parlamentares, têm como função primordial servir como fontes de informação ao parlamento dando apoio às atribuições constitucionais. Esse apoio configura-se na absorção de informação externa e interna às instituições (Câmara dos Deputados e Senado Federal), bem como sua organização, tratamento e disseminação.

A disseminação ocorre, por exemplo, nas pesquisas de dados e informações que são atendidas diariamente, nos documentos e estudos que são produzidos com base nessas informações e que circulam nos ambientes de debates. Para que toda essa informação chegue às mãos dos tomadores de decisão, no caso, os deputados e senadores, ela já foi devidamente trabalhada e filtrada de um vasto universo informacional com aplicação de inteligência acumulada de profissionais com expertise diferenciada.

Figura 3 - Exemplo de fluxo da informação possível na Câmara dos Deputados:



Fonte: Elaboração da autora.



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

Em relação à similaridade dos acervos, salienta-se que, até há poucas décadas, as bibliotecas brasileiras viviam o paradigma da autossuficiência de fontes informacionais. Com o advento das novas tecnologias, essa prática foi sendo mitigada a partir do desenvolvimento de redes de cooperação.

Gradativamente, o desenvolvimento dos acervos das bibliotecas do Senado e da Câmara passou a ser complementar, sendo que em 2016, a duplicidade resume-se a apenas 23%. Esse percentual está amparado na atual Política de Desenvolvimento de Coleções da Câmara dos Deputados, outorgada pela Portaria nº 394, de 2013, que prevê a aquisição de obras identificadas como imprescindíveis para o aporte do processo legislativo e que mesmo presente em outros acervos da RVBI devem ser adquiridas.

É importante lembrar que entre os princípios descritos na Portaria n. 394, de 2013, está o alinhamento do acervo informacional à missão da biblioteca e à estratégia corporativa da Câmara dos Deputados e otimização do uso dos recursos orçamentários em consonância com as necessidades e demandas de informação (BRASIL, 2013), assim como ocorre no Senado Federal.

### **Parcerias estratégicas**

As bibliotecas do Legislativo federal, além de atuarem coordenadamente na RVBI, têm investido em parcerias estratégicas, a fim de integrar processos similares e aumentar o leque de serviços e produtos aos usuários de ambas as instituições, compondo também os alguns **resultados** dessa pesquisa, são elas:

- Contrato entre a Câmara dos Deputados e a EBSCO Ltda., que permite o uso conjunto, pelas bibliotecas, do Sistema de Busca Integrada (ou sistema de descoberta), ferramenta que unifica a pesquisa automatizada (recuperação simultânea da RVBI, bibliotecas digitais das duas Casas e bases de dados assinadas);
- Realização de cursos e treinamentos conjuntos, visando a capacitação dos servidores de ambas as bibliotecas;
- Realização de aquisição coordenada de bases de dados, de modo a possibilitar o acesso irrestrito aos usuários de ambas as bibliotecas;



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

- Planejamento de aquisição conjunta de títulos de periódicos impressos de forma a possibilitar a racionalização dos custos das aquisições entre as duas bibliotecas;
- Organização de eventos para profissionais de bibliotecas e estudantes visando o compartilhamento de conhecimentos e experiências;
- Realização de convênios com disciplinas do curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, por meio dos quais profissionais das duas bibliotecas compartilham seu modelo de trabalho e suas experiências práticas com os alunos do curso de graduação.

Existe ainda uma lista de parcerias que estão em fase de planejamento, inclusive com vistas a propor o compartilhamento desse propósito com outras bibliotecas. Pois como afirma (Farah, 2001, p. 141) a redefinição da esfera pública inclui também a construção de novos arranjos institucionais, que superam o modelo de provisão estatal e o padrão uniorganizacional centralizado que caracterizava o modelo anterior.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de parcerias e do trabalho cooperativo, bem como a formação de redes de comunicação e trocas de recursos, e a atualização dos processos de trabalho para alcançar resultados mais significativos, atendem ao almejado critério de sustentabilidade nas ações. Essas são as principais diretrizes que vem orientando a gestão das bibliotecas do Poder Legislativo brasileiro, direcionadas pelas tendências mundiais e pelo avanço tecnológico da “Era pós-digital” em curso.

A nova gestão pública, baseada em modelos práticos amparados por informações confiáveis, analisadas e utilizadas de maneira racional, podem subsidiar a correção de erros, a promoção de mudanças, melhorias nos processos e no desempenho das atividades. Destarte, esse novo modelo de gestão vem se mostrando uma alternativa eficaz para atender as atuais demandas institucionais, ressaltando principalmente o



## XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

princípio da economicidade, também entendido como uso adequado de recursos, e que chama a atenção dos agentes públicos para a prática da cooperação institucional.

A ideia de cooperação mostra que se pode fazer com que as bibliotecas, espaços democráticos onde todos são bem-vindos, onde todos são aceitos, pode alcançar muito mais pessoas, e através da informação, do conhecimento e da cultura pode ser o grande agente de transformação, crescimento e evolução social, que dá o suporte para pessoas que querem ser melhores e que querem também um mundo melhor.

Assim, as bibliotecas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a utilização de modelos de gestão orientados a cooperação vêm se destacando nesse sentido, além de procurar também desenvolver práticas inovadoras e criativas no âmbito de sua atuação. Dessa forma, entende-se que **moderno, estratégico e sustentável é, de fato, o trabalho cooperativo entre instituições.**

Com isso, pretende-se estimular as outras bibliotecas a assumirem também esse protagonismo no âmbito das parcerias e das redes de cooperação no cenário brasileiro, seja qual for o tipo de biblioteca em questão, para que dessa forma se fortaleça cada vez mais o papel estratégico que a informação possui tanto como insumo básico para a tomada de decisão dos agentes públicos e políticos, como para geração de conhecimento, cultura e desenvolvimento, colaborando decisivamente na transformação da vida de muitos brasileiros.

Desse modo, as bibliotecas do Poder Legislativo federal esperam que, por meio desse esforço conjunto, possam proporcionar o maior acesso a informação e oportunidade para todos, cumprindo com seu papel de contribuir para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar o mundo conforme orienta a Agenda 2030 das Nações Unidas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Portaria n. 394**, de 2013. Institui a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Pedro Aleixo e cria a Comissão Permanente de Seleção de Material Informacional. Disponível em:



**XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA,  
DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TEMA CENTRAL: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas:  
como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030

<<http://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2013/portaria-394-24-setembro-2013-777291-norma-cd-dg.html>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Documentação e Informação. **Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho: 180 anos de história viva: 1826-2006**. Brasília: Senado Federal: Comissão Comemorativa dos 180 anos da Biblioteca do Senado, 2006. 203 p., il. color. + 1 CD-ROM.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Secretaria de Documentação e Informação. **Biblioteca**: Institucional. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca#>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

CARNUT, Leonardo; NARVAI, Paulo Capel. Avaliação de desempenho de sistemas de saúde e gerencialismo na gestão pública brasileira. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 290-305, 2016.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Senac, 2006. 425 p.

DAVENPORT, Thomas H., PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 237 p.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

PACHECO, Regina Silvia. Os benefícios da nova gestão pública: a mensuração de resultados permite ao Estado prover serviços aos cidadãos com qualidade, agilidade e eficiência. **Capital humano, gestão pública e competitividade**. Rio de Janeiro, 2016. p. 39-53.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A construção da democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A história do arquivo, da biblioteca e do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados**. 2016. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/28200#>>. Acesso: em 11 ago. 2016.

VIEIRA, Helena Celeste Ribeiro L, JAEGGER, Maria de Fátima Pereira. Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI): quatro décadas de cooperação e compartilhamento de recursos. **Cajur**: Brasília, v. 3, n. 2, p. 69-106, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/100/100>>. Acesso em: 2 jun. 2017.